

ADRIANO ANDRADE
CLEBER MASSON
LANDOLFO ANDRADE

GABRIEL LINO
LAURO RIBEIRO
RAFAEL MACHADO

INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

VOL. 2

- Ambiental
- Criança e Adolescente
- Pessoas com deficiência
- Idoso
- Educação
- Lei Anticorrupção Empresarial
- Saúde

5^a
EDIÇÃO | REVISTA,
ATUALIZADA E
AMPLIADA



■ Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 24.05.2022

■ Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Danilo Oliveira

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

l48

5.ed

v.2

Interesses difusos e coletivos / Adriano Andrade... [et al.]. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Método, 2022.
976 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-435-3

1. Interesses difusos – Brasil. 2. Interesses coletivos – Brasil. 3. Ação civil pública – Brasil. I. Andrade, Adriano.

22-78074

CDU: 347.922(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – DIREITO AMBIENTAL	1
<i>Gabriel Lino</i>	
1.1 Introdução.....	1
1.1.1 Concepções éticas sobre a questão ambiental.....	1
1.1.2 O movimento ambientalista no Brasil e no mundo.....	2
1.1.3 A crise ambiental e o Direito.....	4
1.2 Fundamentos do direito ambiental.....	5
1.2.1 Definição e abrangência.....	5
1.2.2 Hermenêutica jurídica e Direito Ambiental (direitos fundamentais e constitucionalização do Direito).....	5
1.2.3 Caráter metaindividual e interdisciplinar do Direito Ambiental....	7
1.2.4 O meio ambiente na Constituição Federal de 1988.....	9
1.2.5 Perfil da legislação ambiental brasileira (competências legislativas das pessoas políticas).....	12
1.3 Princípios setoriais do Direito Ambiental.....	18
1.3.1 A relevância dos princípios na atualidade do Direito Ambiental..	18
1.3.2 Princípios em espécie.....	20
1.3.2.1 Princípio da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável.....	20
1.3.2.2 Princípio da prevenção.....	21
1.3.2.3 Princípio da precaução.....	23
1.3.2.4 Princípio do poluidor-pagador (e usuário-pagador e protetor-recebedor).....	25
1.3.2.5 Princípio da vedação ao retrocesso.....	29
1.3.2.6 Princípio da função socioambiental da propriedade...	31
1.3.2.7 Princípio da participação democrática.....	32
1.3.2.8 Princípio da igualdade entre gerações.....	34
1.3.2.9 Princípio da natureza pública da proteção ambiental....	34
1.4 A Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente.....	35
1.4.1 A Lei n. 6.938/1981 e sua importância no panorama legislativo brasileiro (aspecto histórico, LPNMA como vértice e conceitos fundamentais).....	35
1.4.2 Princípios, objetivos e diretrizes da PNMA.....	38

1.4.3	O Sisnama e a questão das competências administrativas de natureza ambiental.....	40
1.4.3.1	Caracterização do Sisnama	40
1.4.3.2	O Conama: conceito e funções	41
1.4.3.3	A questão das competências administrativas em matéria ambiental	43
1.4.4	Instrumentos da PNMA	45
1.4.4.1	O poder de polícia em matéria ambiental.....	46
1.4.4.2	O licenciamento ambiental	49
1.4.4.3	O zoneamento ambiental	57
1.4.4.4	Os estudos ambientais (avaliação de impactos ambientais).....	59
1.4.5	Outras políticas nacionais relativas ao meio ambiente.....	64
1.4.5.1	Política Nacional de Recursos Hídricos	64
1.4.5.2	Política Nacional de Educação Ambiental.....	69
1.4.5.3	Política Nacional da Biodiversidade.....	72
1.4.5.4	Política Nacional sobre Mudança do Clima	85
1.4.5.5	Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	89
1.5	Unidades de conservação – espaços territoriais especialmente protegidos em sentido estrito	105
1.5.1	A criação de áreas protegidas como método de proteção ambiental.....	105
1.5.2	A definição jurídica de espaços territoriais especialmente protegidos – ETEPs – e suas espécies	105
1.5.3	As Unidades de Conservação (ETEPs em sentido estrito) – significado da expressão e utilização de tal método para preservação.....	105
1.5.3.1	O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – objetivos, diretrizes e estrutura	106
1.5.3.2	As diferentes categorias de unidades de conservação....	108
1.5.3.3	As unidades de conservação de proteção integral	108
1.5.3.4	As unidades de conservação de uso sustentável....	110
1.5.3.5	Unidades de conservação atípicas	115
1.5.3.6	Criação, implantação e gestão das unidades de conservação	115
1.6	Código Florestal Brasileiro.....	120
1.6.1	Antecedentes históricos, debate político e jurídico e perfil da lei editada	120
1.6.2	Áreas de preservação permanente.....	125
1.6.2.1	Definição e regime de proteção	125
1.6.2.2	Hipóteses de configuração de APPs.....	130
1.6.2.3	Exceções ao regime geral de proteção.....	138
1.6.3	Reserva legal	139
1.6.3.1	Definição e regime de proteção	139

1.6.3.2	Formas de instituição da reserva legal	143
1.6.4	Outros temas relevantes no Código Florestal	144
1.6.4.1	O Cadastro Ambiental Rural (CAR).....	144
1.6.4.2	As áreas rurais consolidadas.....	145
1.6.4.3	As áreas de preservação permanente e de reserva legal e o perfil das limitações administrativas de natureza ambiental.....	152
1.6.4.4	O uso do fogo nas atividades agrossilvipastoris ...	154
1.7	Regulação jurídica de atividades de risco	156
1.7.1	Agrotóxicos	156
1.7.2	Mineração.....	164
1.8	Regime de responsabilidades jurídicas pelos danos ao meio ambiente	166
1.8.1	Independência relativa entre as instâncias.....	167
1.8.2	Responsabilidade civil.....	169
1.8.3	Responsabilidade penal.....	174
1.8.4	Responsabilidade administrativa	178
CAPÍTULO 2 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....		185
<i>Rafael Machado</i>		
2.1	Proteção da infância nos âmbitos internacional e nacional	185
2.1.1	Declarações e convenções internacionais.....	185
2.1.2	Evolução do direito da infância no Brasil	190
2.1.2.1	Constituições Federais.....	190
2.1.2.2	Legislação infraconstitucional.....	191
2.2	Disposições preliminares do ECA	194
2.2.1	Definição de criança e adolescente	194
2.2.1.1	Aplicação do ECA ao nascituro.....	196
2.2.1.2	Primeira infância e jovem.....	197
2.2.2	Proteção integral	197
2.2.3	Princípio do melhor interesse ou interesse superior	198
2.2.4	Absoluta prioridade.....	200
2.2.5	Interpretação do ECA.....	202
2.3	Direitos fundamentais.....	202
2.3.1	Direito à vida e à saúde	202
2.3.1.1	Introdução	202
2.3.1.2	Direitos da maternidade.....	203
2.3.1.3	Aleitamento materno.....	204
2.3.1.4	Mãe privada de liberdade.....	205
2.3.1.5	Direito ao parto anônimo	205
2.3.1.6	Programas de assistência médica e odontológica.....	206
2.3.1.7	Deficiência.....	207
2.3.1.8	Fornecimento de medicamento.....	208
2.3.1.9	Comunicação de maus-tratos e atendimento na primeira infância.....	209

	2.3.1.10	Obrigações de hospitais e demais estabelecimentos ...	210
2.3.2		Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	211
	2.3.2.1	Introdução.....	211
	2.3.2.2	Castigo físico e medidas aplicáveis.....	214
	2.3.2.3	<i>Bullying</i> (Lei n. 13.185/2015).....	215
	2.3.2.4	Mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente (Lei n. 14.344/2022)	216
2.3.3		Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência – Lei n. 13.431/2017.....	217
	2.3.3.1	Introdução.....	217
	2.3.3.2	Escuta especializada e depoimento pessoal.....	219
	2.3.3.3	Medidas de proteção.....	222
	2.3.3.4	Integração das políticas de atendimento.....	223
2.3.4		Direito à educação.....	225
	2.3.4.1	Introdução.....	225
	2.3.4.2	Direito à educação pela criança e adolescente.....	226
	2.3.4.3	Dever do Estado.....	227
	2.3.4.4	Obrigação de matrícula e sistema educacional domiciliar (<i>homeschooling</i>).....	230
	2.3.4.5	Aprovação em vestibular e não conclusão do ensino médio.....	231
	2.3.4.6	Dever de comunicação.....	232
2.3.5		Direito à cultura, ao esporte e ao lazer.....	233
2.3.6		Direito à profissionalização e à proteção no trabalho.....	233
	2.3.6.1	Noções gerais.....	233
	2.3.6.2	Atividades no âmbito doméstico familiar.....	235
2.4		Direito fundamental à convivência familiar.....	236
	2.4.1	Direito de crescer no seio familiar.....	236
	2.4.1.1	Introdução.....	236
	2.4.1.2	Classificações de família.....	237
	2.4.1.3	Audiência concentrada.....	237
	2.4.1.4	Prazo máximo de permanência em acolhimento institucional.....	239
	2.4.1.5	Gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção.....	239
	2.4.1.6	Recém-nascido e criança abandonados e inscrição no cadastro nacional de adoção.....	240
	2.4.1.7	Acolhimento familiar.....	241
	2.4.1.8	Ordem de preferência do direito à convivência familiar.....	242
	2.4.1.9	Apadrinhamento.....	243
2.4.2		Poder familiar ou função parental.....	244
	2.4.2.1	Introdução.....	244
	2.4.2.2	Hipóteses de destituição e suspensão.....	245

2.4.2.3	Pais dependentes químicos	247
2.4.2.4	Pobreza.....	248
2.4.2.5	Prisão e condenação criminal	248
2.4.2.6	Alienação parental (Lei n. 12.318/2010)	249
2.4.3	Reconhecimento de filhos.....	252
2.4.4	Reconhecimento do estado de filiação	252
2.4.5	Família substituta.....	253
2.4.5.1	Introdução.....	253
2.4.5.2	Oitiva da criança e do adolescente (princípio da autonomia progressiva).....	254
2.4.5.3	Crítérios e acompanhamento da medida	255
2.4.5.4	Criança ou adolescente indígena ou de comunidade de quilombo.....	256
2.5	Modalidades de colocação em família substituta	257
2.5.1	Guarda	257
2.5.1.1	Introdução	257
2.5.1.2	Classificações.....	258
2.5.1.3	Guarda e condição de dependente.....	259
2.5.1.4	Guarda e a posição dos pais.....	260
2.5.1.5	Revogabilidade.....	261
2.5.2	Tutela.....	262
2.5.2.1	Introdução	262
2.5.2.2	Termo de tutela provisória.....	263
2.5.2.3	Tutela compartilhada.....	263
2.5.2.4	Tutela testamentária ou documental	264
2.5.2.5	Tutela ou curatela	264
2.5.2.6	Cessaçã.....	265
2.5.2.7	Destituição do tutor	265
2.5.3	Adoção nacional	265
2.5.3.1	Introdução	265
2.5.3.2	Características.....	266
2.5.3.3	Requisitos	267
2.5.3.4	Cadastro de adoção e Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).....	272
2.5.3.5	Adoção personalíssima, <i>intuitu personae</i> ou dirigida ..	274
2.5.3.6	Adoção unilateral, singular ou semiplena.....	275
2.5.3.7	Adoção póstuma ou <i>post mortem</i>	279
2.5.3.8	Adoção de nascituro.....	280
2.5.3.9	Adoção de fato ou “à brasileira”	280
2.5.3.10	Adoção por homossexuais	281
2.5.3.11	Efeitos pessoais.....	281
2.5.3.12	Efeitos patrimoniais.....	282
2.5.3.13	Prazo de conclusão da ação de adoção.....	283
2.5.3.14	Sentença.....	283

	2.5.3.15	Direito de conhecer sua origem biológica.....	284
	2.5.3.16	Direitos previstos na CLT	284
2.5.4		Adoção internacional	285
	2.5.4.1	Caracterização.....	285
	2.5.4.2	Requisitos	285
	2.5.4.3	Procedimento.....	286
	2.5.4.4	Organismos de intermediação da adoção e seu credenciamento	289
	2.5.4.5	Repasse de recursos.....	290
	2.5.4.6	Adoção por brasileiro residente no exterior.....	290
	2.5.4.7	Adoção internacional e o Brasil como país de acolhida.....	291
	2.5.4.8	Nacionalidade do adotado	292
	2.5.4.9	Quadro sinótico	292
2.6		Prevenção	293
	2.6.1	Disposições gerais.....	293
	2.6.2	Informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos..	295
	2.6.2.1	Classificação indicativa	295
	2.6.2.2	Emissoras de rádio de televisão.....	298
	2.6.2.3	Venda e aluguel de filmes	298
	2.6.2.4	Revistas e publicações.....	299
	2.6.2.5	Bilhar, sinuca ou congêneres ou casa de jogo que realize aposta	299
	2.6.3	Produtos e serviços	300
	2.6.3.1	Produtos com venda proibida para criança ou adolescente	300
	2.6.3.2	Hospedagem de criança ou adolescente.....	302
	2.6.4	Autorização para viajar.....	303
	2.6.4.1	Viagem no território nacional.....	303
	2.6.4.2	Viagem ao exterior	304
2.7		Política e entidades de atendimento.....	306
	2.7.1	Política de atendimento.....	306
	2.7.1.1	Introdução	306
	2.7.1.2	Municipalização do atendimento e Conselhos.....	308
	2.7.1.3	Fundos geridos pelos Conselhos de Direitos	309
	2.7.2	Entidades de atendimento.....	311
	2.7.2.1	Espécies, inscrição e registro	311
	2.7.2.2	Entidades de acolhimento familiar ou institucional....	313
	2.7.2.3	Acolhimento emergencial (art. 93).....	315
	2.7.2.4	Obrigações das entidades de internação e acolhimento	316
	2.7.3	Fiscalização das entidades e medidas aplicáveis.....	316
2.8		Medidas de proteção e medidas pertinentes aos pais ou responsável..	317
	2.8.1	Medidas de proteção	317

2.8.1.1	Hipóteses de aplicação (situações de risco).....	317
2.8.1.2	Cumulação e substituição.....	318
2.8.1.3	Parâmetros e princípios para aplicação.....	318
2.8.1.4	Competência para aplicação e execução.....	320
2.8.1.5	Medidas de proteção em espécie.....	321
2.8.1.6	Acolhimento institucional e familiar.....	322
2.8.2	Regularização do registro civil.....	324
2.8.3	Medidas aplicáveis aos pais ou responsável.....	326
2.8.4	Afastamento do agressor da moradia comum.....	328
2.9	Ato infracional.....	329
2.9.1	Introdução.....	329
2.9.2	A criança e a prática de ato infracional.....	329
2.9.3	Início da maioridade penal.....	330
2.9.4	Nomenclaturas.....	330
2.9.5	Requisitos.....	331
2.9.6	Teoria do momento.....	331
2.9.7	Princípio da insignificância.....	332
2.9.8	Escusas absolutórias.....	332
2.9.9	Extradicação.....	333
2.9.10	Prescrição.....	333
2.9.11	Prática de ato infracional e consequências na maioridade.....	334
2.9.12	Redução da maioridade penal.....	334
2.10	Direitos individuais e garantias processuais.....	335
2.10.1	Direitos individuais.....	335
2.10.1.1	Internação provisória.....	336
2.10.2	Garantias processuais.....	339
2.11	Medidas socioeducativas.....	341
2.11.1	Introdução.....	341
2.11.2	Competência.....	342
2.11.3	Princípios.....	343
2.11.4	Critérios de aplicação.....	344
2.11.5	Requisitos.....	344
2.11.6	Cumulação.....	345
2.11.7	Substituição.....	346
2.11.8	Adolescente com transtorno mental.....	346
2.11.9	Advertência.....	346
2.11.10	Obrigação de reparar o dano.....	347
2.11.11	Prestação de serviços à comunidade.....	348
2.11.12	Liberdade assistida.....	349
2.11.13	Semiliberdade.....	351
2.11.13.1	Semiliberdade provisória.....	352
2.11.14	Internação.....	353
2.11.14.1	Introdução.....	353

2.11.14.2	Espécies.....	353
2.11.14.3	Princípios.....	356
2.11.14.4	Hipóteses legais.....	356
2.11.14.5	Tráfico de drogas.....	363
2.11.14.6	Prazo da internação e sua reavaliação.....	365
2.11.14.7	Consequências com o cumprimento do prazo de 3 (três) anos.....	365
2.11.14.8	Transtorno mental e interdição no cível.....	366
2.11.14.9	Cumprimento imediato da medida e recurso de apelação.....	366
2.11.14.10	Liberação compulsória.....	366
2.11.14.11	Atividades externas.....	367
2.11.14.12	Direitos do adolescente internado.....	367
2.11.14.13	Local de cumprimento.....	368
2.12	Remissão.....	369
2.12.1	Introdução.....	369
2.12.2	Classificações.....	370
2.12.3	Natureza jurídica.....	370
2.12.4	Características.....	371
2.12.5	Requisitos.....	371
2.12.6	Remissão pelo Ministério Público.....	371
2.12.7	Remissão judicial.....	373
2.12.8	Descumprimento da remissão imprópria.....	374
2.12.9	Revisão da medida socioeducativa cumulada com a remissão....	375
2.13	Execução das medidas socioeducativas.....	376
2.13.1	Introdução.....	376
2.13.2	Princípios.....	377
2.13.3	Direitos individuais.....	378
2.13.4	Formação da execução.....	378
2.13.5	Reavaliação.....	380
2.13.6	Substituição, progressão e regressão.....	381
2.13.7	Cumulação e unificação.....	385
2.13.8	Revisão da sanção disciplinar.....	389
2.13.9	Suspensão.....	389
2.13.10	Extinção.....	390
2.13.10.1	Causas previstas na Lei do Sinase.....	390
2.13.10.2	Maioridade penal.....	395
2.13.10.3	Prescrição das medidas socioeducativas.....	396
2.13.10.4	Prescrição da pretensão punitiva em abstrato.....	398
2.13.10.5	Prescrição da pretensão punitiva retroativa.....	399
2.13.10.6	Prescrição da pretensão punitiva intercorrente, superveniente ou subsequente.....	400
2.13.10.7	Prescrição da pretensão executória.....	400
2.13.11	Sistema recursal.....	402

2.14	Conselho tutelar	402
2.14.1	Introdução	402
2.14.2	Características	402
2.14.3	Organização	403
2.14.4	Requisitos e processo de escolha	404
2.14.5	Regime jurídico do conselheiro tutelar	406
2.14.6	Atribuições	407
2.14.7	Revisão das decisões	411
2.14.8	Sigilo das informações	412
2.14.9	Impedimentos	412
2.15	Acesso à justiça	413
2.15.1	Disposições gerais	413
2.15.1.1	Acesso à Justiça	413
2.15.1.2	Sigilo	413
2.15.2	Justiça da Infância e Juventude	415
2.15.3	Noções gerais sobre competência	415
2.15.4	Competência do art. 148	415
2.15.4.1	Competência exclusiva ou plena	416
2.15.4.2	Competência concorrente	419
2.15.4.3	Competência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar	420
2.15.5	Competência do art. 147	421
2.15.5.1	Ações cíveis	421
2.15.5.2	Apuração de ato infracional	423
2.15.5.3	Execução da medida socioeducativa ou de proteção	423
2.15.5.4	Infração cometida por rádio e televisão	424
2.15.6	Competência disciplinar (art. 149)	424
2.15.6.1	Portaria e alvará	424
2.15.6.2	Hipóteses	426
2.15.7	Serviços auxiliares	427
2.15.8	Ministério Público	427
2.15.8.1	Atribuições	427
2.15.8.2	Fiscal da ordem jurídica	432
2.15.9	Advogado	433
2.15.10	Defensoria Pública	435
2.16	Procedimentos	435
2.16.1	Disposições gerais	435
2.16.1.1	Aplicação subsidiária da legislação processual pertinente	435
2.16.1.2	Contagem dos prazos	436
2.16.1.3	Procedimento verificatório ou pedido de providências	437
2.16.1.4	Multa	438

2.16.2	Procedimento de perda e de suspensão do poder familiar.....	438
2.16.2.1	Introdução.....	438
2.16.2.2	Petição inicial.....	439
2.16.2.3	Legitimidade ativa.....	439
2.16.2.4	Legitimidade passiva.....	440
2.16.2.5	Cumulação de pedidos e conexão.....	441
2.16.2.6	Tutela provisória de suspensão do poder familiar	442
2.16.2.7	Estudo social ou perícia por equipe interprofissional.....	443
2.16.2.8	Citação e defesa.....	444
2.16.2.9	Poder requisitório de documentos.....	445
2.16.2.10	Consequências da não apresentação de resposta...	445
2.16.2.11	Consequências da apresentação de resposta.....	446
2.16.2.12	Prazo para conclusão.....	446
2.16.2.13	Sentença e efeitos.....	447
2.16.2.14	Restabelecimento do poder familiar.....	447
2.16.2.15	Ação de adoção sem pedido de destituição do poder familiar.....	448
2.16.3	Procedimento de destituição da tutela.....	448
2.16.4	Procedimento de colocação em família substituta.....	449
2.16.4.1	Introdução.....	449
2.16.4.2	Hipóteses autorizadoras.....	450
2.16.4.3	Requisitos da inicial.....	451
2.16.4.4	Consentimento dos pais.....	452
2.16.4.5	Procedimento.....	453
2.16.4.6	Programa de acolhimento familiar.....	454
2.16.5	Procedimento de apuração de irregularidades em entidade de atendimento.....	454
2.16.5.1	Introdução.....	454
2.16.5.2	Natureza jurídica.....	454
2.16.5.3	Legitimidade ativa.....	455
2.16.5.4	Legitimidade passiva e sanções.....	456
2.16.5.5	Afastamento provisório do dirigente.....	456
2.16.5.6	Necessidade de advogado para resposta escrita....	457
2.16.5.7	Contagem do prazo para resposta escrita e revelia...	457
2.16.5.8	Audiência de instrução e julgamento.....	457
2.16.5.9	Prazo para remoção das irregularidades.....	458
2.16.6	Procedimento de apuração de infração administrativa.....	458
2.16.6.1	Introdução.....	458
2.16.6.2	Natureza jurídica.....	458
2.16.6.3	Legitimidade ativa.....	459
2.16.6.4	Legitimidade passiva.....	460
2.16.6.5	Prazo para defesa e necessidade de advogado.....	460
2.16.6.6	Revelia e seus efeitos.....	461

2.16.6.7	Audiência de instrução e julgamento	461
2.16.6.8	Prescrição	461
2.16.7	Procedimento de habilitação de pretendentes à adoção	462
2.16.7.1	Introdução	462
2.16.7.2	Competência	463
2.16.7.3	Petição inicial e documentos.....	463
2.16.7.4	Necessidade de advogado.....	464
2.16.7.5	Ministério Público e providências	464
2.16.7.6	Estudo psicossocial, preparação e contato dos pre- tendentes.....	465
2.16.7.7	Audiência de instrução e julgamento	466
2.16.7.8	Inscrição no Sistema Nacional de Adoção e Aco- lhimento (SNA).....	466
2.16.7.9	Indeferimento do cadastro	467
2.16.7.10	Recadastramento do pretendente que já adotou....	468
2.16.8	Procedimento de infiltração de agentes de polícia para a in- vestigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente.....	468
2.17	Procedimento de apuração de ato infracional.....	470
2.17.1	Introdução.....	470
2.17.2	Fase policial ou investigativa	471
2.17.2.1	Apreensão do adolescente por ordem judicial	471
2.17.2.2	Apreensão do adolescente em situação de flagrância..	471
2.17.2.3	Ato infracional com violência ou grave ameaça à pessoa e manutenção da apreensão.....	471
2.17.2.4	Ato infracional sem violência ou grave ameaça à pessoa.....	473
2.17.2.5	Apresentação ao Ministério Público	474
2.17.2.6	Procedimento para apuração de ato infracional....	474
2.17.2.7	Transporte e uso de algema.....	474
2.17.3	Fase do Ministério Público	475
2.17.3.1	Oitiva informal.....	475
2.17.3.2	Outras providências.....	476
2.17.3.3	Arquivamento dos autos.....	477
2.17.3.4	Remissão.....	477
2.17.3.5	Representação	477
2.17.3.6	Internação provisória	478
2.17.3.7	Liberação do adolescente pelo MP.....	479
2.17.3.8	Complementação de diligências.....	479
2.17.4	Fase judicial	480
2.17.4.1	Aplicação do procedimento comum ordinário do CPP?	480
2.17.4.2	Audiência de custódia.....	480
2.17.4.3	Recebimento ou rejeição da representação.....	481
2.17.4.4	Audiência de apresentação.....	481

2.17.4.5	Remissão judicial	483
2.17.4.6	Estudo pela equipe interprofissional ou relatório polidimensional	484
2.17.4.7	Defesa prévia	484
2.17.4.8	Assistente de acusação	485
2.17.4.9	Audiência em continuação	485
2.17.4.10	Sentença	486
2.17.4.11	Princípio da identidade física do juiz	487
2.17.4.12	Intimação da sentença	487
2.17.4.13	Prazo máximo para a conclusão do processo	488
2.17.4.14	Local de cumprimento da internação provisória	489
2.17.4.15	Recurso	489
2.17.4.16	Justiça restaurativa	490
2.18	Recursos	491
2.18.1	Noções gerais	491
2.18.2	Legitimidade	491
2.18.3	Peculiaridades do art. 198 do ECA	492
2.18.3.1	Preparo	492
2.18.3.2	Prazo	492
2.18.3.3	Preferência de julgamento e dispensa de revisor	494
2.18.3.4	Juízo de retratação	494
2.18.3.5	Apresentação das razões recursais de apelação	495
2.18.3.6	Técnica do art. 942 do CPC para processo de apuração de ato infracional ou de execução de medida socioeducativa	496
2.18.4	Efeitos da sentença	497
2.18.4.1	Regra geral	497
2.18.4.2	Sentença que impõe medida socioeducativa	497
2.18.4.3	Adoção e destituição do poder familiar	498
2.19	Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos	498
2.19.1	Introdução	498
2.19.2	Proteção judicial dos interesses individuais	499
2.19.3	Proteção judicial dos interesses difusos e coletivos	499
2.19.3.1	Competência	500
2.19.3.2	Legitimidade	500
2.19.3.3	Ministério Público	501
2.19.3.4	Ação civil pública	502
2.19.3.5	Termo de ajustamento de conduta	503
2.19.3.6	Ações admissíveis	503
2.19.3.7	Ação de obrigação de fazer ou não fazer	503
2.19.3.8	Custas e honorários advocatícios	504
2.19.3.9	Multas	504
2.19.3.10	Cumprimento de sentença condenatória e destinação do valor	505

2.19.3.11	Sistema recursal e efeitos do recurso.....	506
2.19.3.12	Aplicação subsidiária da LACP e do CDC.....	506
CAPÍTULO 3 – DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....		509
<i>Lauro Ribeiro</i>		
3.1	Noções introdutórias.....	509
3.1.1	A sociedade moderna.....	509
3.1.2	A sociedade moderna e a pessoa com deficiência.....	510
3.2	Conceito de pessoa com deficiência – PCD.....	511
3.2.1	Inovação conceitual trazida pela Lei Brasileira de Inclusão – LBI.....	516
3.2.2	Deficiência mental ou intelectual? Ou ambas?.....	517
3.2.3	Terminologia correta.....	519
3.3	O Sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano internacional.....	519
3.4	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano constitucional.....	521
3.4.1	Distribuição de competência entre os entes federativos para tratar do tema.....	524
3.4.2	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano convencional – Convenção de Nova Iorque (da ONU)....	525
3.5	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano infraconstitucional.....	526
3.5.1	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência) – LBI....	528
3.5.1.1	Breve histórico e novidades introduzidas.....	528
3.5.1.2	Lei principiológica.....	529
3.5.1.3	Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias previstos na LBI.....	529
3.5.1.4	Vinculação à Convenção da ONU dos direitos da pessoa com deficiência.....	530
3.5.1.5	Diálogo “das fontes” e “das Cortes”.....	530
3.5.1.6	Controle de convencionalidade.....	533
3.5.1.7	Alcance da eficácia social (efetividade) da LBI....	534
3.5.2	Inovações e alterações legislativas promovidas pela LBI.....	534
3.5.2.1	Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência.....	535
3.5.2.2	Auxílio-inclusão.....	535
3.5.2.3	Controle de acessibilidade pelos agentes públicos e proibição de exigência da presença da pessoa com deficiência a órgãos públicos quando sua condição pessoal e as condições de acessibilidade lhe imponham ônus desproporcional.....	536
3.5.2.4	Alterações ao Código Eleitoral.....	537

3.5.2.5	Mudança na movimentação do FGTS.....	537
3.5.2.6	Alterações no Código de Defesa do Consumidor (CDC)	538
3.5.2.7	Mudanças na Lei n. 8.213/1991, que regula os planos de benefícios da Previdência Social	539
3.5.2.8	Modificações na “Lei Rouanet” – Lei n. 8.313/1991	540
3.5.2.9	Alterações na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei de Licitações	540
3.5.2.10	Mudanças na Lei n. 9.250/1995 (dispõe sobre Imposto de Renda).....	542
3.5.2.11	Alterações no Código de Trânsito Brasileiro.....	542
3.5.2.12	Alteração na Lei n. 9.615/1998 (normas gerais sobre desporto).....	543
3.5.2.13	Modificações no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001).....	543
3.5.2.14	Mudanças sobre uso de cão-guia (Lei n. 11.126/2005) e acesso a museus (Lei n. 11.904/2009)	544
3.5.2.15	Alterações à Lei n. 12.587/2012 (mobilidade urbana) ...	544
3.5.2.16	Disposições finais da LBI	545
3.6	Direitos básicos da pessoa com deficiência.....	545
3.6.1	Capacidade civil: curatela e tomada de decisão apoiada	546
3.6.2	Tomada de decisão apoiada.....	553
3.6.3	Direito à dignidade da pessoa humana.....	558
3.6.4	Direito à felicidade	558
3.6.5	Direito a uma sociedade justa, solidária, sem preconceitos de qualquer espécie, desigualdades e discriminação	559
3.6.5.1	Sociedade solidária	561
3.6.6	Direito à igualdade e à diferença.....	562
3.6.7	Direito à vida.....	563
3.6.8	Direito à saúde	564
3.6.9	Direito à assistência social	566
3.6.10	Direito à habilitação, reabilitação e à promoção da inclusão social	567
3.6.11	Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	568
3.6.12	Direito à previdência social	572
3.6.13	Direito à moradia	573
3.6.14	Direito à educação.....	574
3.6.14.1	Plano internacional.....	574
3.6.14.2	Plano nacional.....	575
3.6.15	Direito ao trabalho.....	590
3.6.15.1	Inclusão no trabalho, sistema de cotas e reservas em concurso público.....	591
3.6.16	Direito à mobilidade urbana e acessibilidade	599

3.6.17	Direito ao transporte.....	606
3.6.18	Direito à participação na vida pública e política	607
3.6.19	Do acesso à justiça	608
3.6.20	Tipificação de crimes e infrações administrativas.....	610
3.6.21	Isenções.....	611
CAPÍTULO 4 - DIREITO DO IDOSO		613
<i>Lauro Ribeiro</i>		
4.1	INTRODUÇÃO.....	613
4.2	Conceito de pessoa idosa	617
4.2.1	O sistema de proteção da pessoa idosa no âmbito internacional ..	617
4.2.2	Âmbito nacional: Constituição Federal	619
4.2.3	Estatuto do Idoso (EI) – Lei n. 10.741/2003.....	620
4.2.3.1	Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias do EI.....	621
4.2.3.2	Lei principiológica	622
4.2.4	Política Nacional do Idoso – Lei n. 8.842/1994	622
4.2.5	Alguns outros diplomas legais de proteção ao idoso	625
4.3	Direitos básicos da pessoa idosa.....	626
4.3.1	Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	626
4.3.2	Direito à alimentação.....	627
4.3.3	Direito à vida/saúde	629
4.3.4	Direito à educação.....	636
4.3.5	Direito à moradia	638
4.3.6	Direito ao trabalho.....	640
4.3.7	Direito à assistência e previdenciária social.....	642
4.3.7.1	Da assistência social.....	642
4.3.7.2	Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	642
4.3.7.3	Da previdência social.....	646
4.3.8	Direito a cultura, esporte, lazer e turismo.....	646
4.3.9	Direito ao transporte gratuito	647
4.3.10	Direito à proteção.....	649
4.3.10.1	Incidência das medidas de proteção	652
4.3.10.2	Especial obrigação da família.....	653
4.3.10.3	Medidas protetivas em espécie.....	653
4.3.10.4	Política de atendimento ao idoso	655
4.3.11	Direito à convivência familiar e comunitária.....	656
4.3.11.1	Entidades de atendimento à pessoa idosa.....	657
4.3.11.2	Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs	658
4.3.11.3	Fiscalização nas entidades de atendimento.....	659

4.3.11.4	Das infrações e sanções administrativas previstas no EI	659
4.3.11.5	Da apuração administrativa de infração contra pessoa idosa	661
4.3.11.6	Da apuração judicial de irregularidade em entidade de atendimento.....	662
4.3.12	Tutela judicial de direito individual disponível	663
4.3.13	Tutela judicial de direitos individuais indisponíveis, individuais homogêneos e coletivos (<i>lato sensu</i> : difusos e coletivos em sentido estrito)	665
4.3.13.1	Pontos relevantes.....	666
4.3.13.2	Legitimados ativos	669
4.3.13.3	O papel do Ministério Público.....	671
4.4	Crimes definidos no EI	673

CAPÍTULO 5 – DIREITO EDUCACIONAL..... 677

Lauro Ribeiro

5.1	Noções introdutórias.....	677
5.1.1	Educação na sociedade moderna.....	678
5.2	Conceito e natureza jurídica.....	680
5.3	Educação, ensino e escola	682
5.4	O sistema normativo no plano internacional.....	684
5.5	O sistema normativo no plano nacional.....	685
5.5.1	Constituição Federal de 1988.....	686
5.5.2	Síntese da educação na CF/1988	687
5.5.3	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/1996	688
5.5.4	Plano Nacional de Educação – PNE.....	694
5.6	Estrutura educacional.....	696
5.6.1	Educação básica	697
5.6.2	Ensino superior	703
5.6.3	Sistemas de ensino.....	706
5.6.4	A repartição de competências e financiamento da educação.....	708
5.6.5	Responsabilidade civil das instituições públicas de ensino (art. 37, § 6º, da CF/1988).....	716
5.7	<i>Bullying</i>	718
5.8	Desescolarização (<i>unschooling</i>) e Educação domiciliar (<i>homeschooling</i>) ..	719

CAPÍTULO 6 – LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL..... 723

Landolfo Andrade

6.1	Introdução	723
6.2	Noção de corrupção empresarial.....	725
6.3	Aplicação da lei anticorrupção empresarial no tempo.....	727

6.4	Aplicação da lei anticorrupção empresarial no espaço	729
6.5	Os bens jurídicos tutelados pela LAE.....	731
6.6	Sujeitos do ato lesivo à administração pública	732
6.6.1	Sujeito passivo	732
6.6.2	Sujeito ativo	734
6.6.2.1	Pessoa jurídica de direito privado	734
6.6.2.2	Pessoas naturais: o art. 3º da LAE	737
6.7	Responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica.....	739
6.7.1	Responsabilidade objetiva da pessoa jurídica.....	740
6.7.2	Pressupostos para a responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica	741
6.7.2.1	Subsunção da conduta na tipologia do artigo 5º da LAE.....	741
6.7.2.2	Interesse ou benefício da pessoa jurídica, exclusivo ou não	742
6.7.2.3	Existência de algum vínculo entre o autor do ato lesivo e a pessoa jurídica beneficiada	742
6.7.3	Responsabilidade da pessoa jurídica diante dos atos de seus dirigentes, administradores, empregados ou prepostos.....	744
6.7.4	Responsabilidade da pessoa jurídica diante dos atos de agente de empresa terceirizada	745
6.7.5	Possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica em caso de não identificação da pessoa natural infratora.....	746
6.7.6	Alterações contratuais e operações societárias.....	749
6.7.7	Responsabilidade solidária entre sociedades controladoras, controladas, coligadas e consorciadas	750
6.8	Atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira.....	751
6.8.1	Noções introdutórias.....	751
6.8.2	Elemento subjetivo do ato lesivo	752
6.8.3	Atos lesivos elencados no artigo 5º.....	753
6.8.3.1	Promessa ou oferecimento de vantagem indevida a agente público (corrupção ativa).....	753
6.8.3.2	Financiamento ou patrocínio de prática dos atos ilícitos.....	755
6.8.3.3	Utilização de interposta pessoa.....	756
6.8.3.4	Atos lesivos referentes a licitações e contratos.....	757
6.8.3.5	Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.....	763
6.8.4	Atos lesivos tentados	764
6.8.5	Princípio da insignificância: inadmissibilidade	765
6.8.6	Necessidade de prova de dano ao erário	766
6.9	Responsabilização administrativa.....	766
6.9.1	Noções introdutórias.....	766

6.9.2	Multa	769
6.9.2.1	Natureza jurídica.....	769
6.9.2.2	Base de cálculo da multa	769
6.9.2.3	Aplicação da pena de multa	770
6.9.2.4	Garantia de pagamento da multa	773
6.9.2.5	Cobrança da multa	773
6.9.2.6	Destinatários dos valores arrecadados.....	774
6.9.3	Publicação extraordinária da decisão condenatória.....	774
6.9.4	Aplicação das sanções.....	775
6.9.4.1	Parâmetros para a aplicação das sanções.....	775
6.9.4.2	Programas de <i>Compliance</i>	777
6.9.4.3	Prévia manifestação jurídica	781
6.9.5	Reparação integral do dano causado	782
6.9.6	Processo administrativo de responsabilização.....	783
6.9.6.1	Instauração	784
6.9.6.2	Competência	786
6.9.6.3	Instrução.....	788
6.9.6.4	Suspensão cautelar dos efeitos do ato ou processo	788
6.9.6.5	O direito à defesa no processo administrativo	789
6.9.6.6	Prazo de conclusão.....	789
6.9.6.7	Julgamento.....	790
6.9.6.8	O processo administrativo de reparação do dano... ..	790
6.9.6.9	Desconsideração da personalidade jurídica.....	791
6.9.6.10	A comunicação ao Ministério Público	795
6.9.7	Acordo de leniência	798
6.9.7.1	Competência para a celebração do acordo de leniência na LAE.....	799
6.9.7.2	A participação do Ministério Público na celebração dos acordos de leniência	800
6.9.7.3	Condições e requisitos.....	804
6.9.7.4	Efeitos da celebração do acordo de leniência na LAE.....	805
6.9.7.5	Rejeição da proposta de acordo de leniência.....	808
6.9.7.6	Descumprimento do acordo de leniência	808
6.9.7.7	Ressarcimento do dano.....	809
6.9.7.8	Possibilidade de celebração de acordo de leniência em relação aos ilícitos previstos na Lei n. 8.666/1993 e na Nova Lei Geral de Licitações e Contratos.....	809
6.10	Responsabilização judicial	812
6.10.1	Noções introdutórias.....	812
6.10.2	Competência	813
6.10.2.1	Competência em caso de ato lesivo praticado no exterior.....	814

6.10.3	Legitimação.....	815
6.10.3.1	Legitimação ativa concorrente e disjuntiva.....	815
6.10.3.2	Legitimação ativa exclusiva do Ministério Público....	817
6.10.3.3	Legitimação passiva.....	819
6.10.4	Providências cautelares: a indisponibilidade dos bens	820
6.10.4.1	Pressupostos.....	822
6.10.4.2	Alcance.....	822
6.10.5	Pedido	822
6.10.6	Procedimento.....	823
6.10.7	Sentença.....	824
6.10.7.1	Correlação entre pedido e sentença.....	825
6.10.8	Sanções civis	827
6.10.8.1	Perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé (art. 19, I)	827
6.10.8.2	Suspensão ou interdição parcial da atividade (art. 19, II)	828
6.10.8.3	Dissolução compulsória (art. 19, III).....	828
6.10.8.4	Proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos (art. 19, IV)	829
6.10.9	Aplicação das sanções.....	830
6.10.9.1	Juízo de ilicitude da conduta e juízo de aplicação da sanção.....	830
6.10.9.2	Parâmetros para aplicação das sanções	830
6.10.9.3	Aplicação cumulativa das sanções	831
6.10.9.4	Aplicação de sanções não pedidas pelo autor.....	831
6.10.10	Sanções da LAE diante de outras sanções previstas em outras normas	832
6.10.11	O diálogo entre a Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial) e a Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).....	833
6.10.11.1	Acordo de não persecução cível: aplicação no domínio da LAE.....	835
6.10.12	Coisa julgada	840
6.10.13	Prescrição	840
6.10.13.1	Interrupção da prescrição	841
6.10.14	O Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	841
6.10.15	O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas	842

CAPÍTULO 7 – DIREITO À SAÚDE..... 843

Lauro Ribeiro

7.1	Noções introdutórias.....	843
7.2	Conceito de saúde.....	847

7.3	Sistema Normativo de Proteção à Saúde no Plano Internacional.....	848
7.4	Sistema Normativo de Proteção à Saúde no Plano Constitucional.....	850
7.5	Distribuição de competência entre os entes federativos para tratar da saúde.....	871
7.6	Sistema Normativo Infraconstitucional.....	873
7.6.1	Sistema Único de Saúde – SUS.....	873
7.6.1.1	Normas operacionais e Pacto pela Saúde.....	884
7.6.1.2	Programação pactuada entre gestores.....	885
7.6.1.3	Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e saúde pública.....	886
7.6.2	Política Nacional de Medicamentos.....	887
7.7	Regulação assistencial: Vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental.....	894
7.7.1	Covid-19.....	897
7.8	Judicialização da Saúde.....	900
7.9	Saúde complementar e saúde suplementar.....	909
7.10	Saúde mental.....	910
7.10.1	Plano Nacional de Atuação do Ministério Público em Saúde Pública.....	920
7.10.2	Papel da família, do Estado e da sociedade.....	920
7.10.3	Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) – Álcool e outras drogas no SUS. Redução de danos.....	921
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	923